

## Conspiração confederalista

A DISCUSSÃO sobre parlamentarismo ou presidencialismo não tem permitido atenção mais atenta para o problema da Federação brasileira. No entanto, ele foi posto em pauta, e de forma perigosa, por um grupo de pressão de deputados estaduais, reunidos em Salvador. Trata-se de ameaça ao regime federativo no sentido de tentar transformá-lo em um tipo de confederação sob disfarce.

SEGUNDO o noticiário, pretendem os lobistas que se confirmem poderes constituintes às Assembleias Estaduais, dando-se a estas um padrão de liberdade de organização tributária só admissível em regimes de caráter confederado. Como já se sabe que o poder de tributar — privativo de quem possui o poder soberano do príncipe — equivale ao poder de destruir, pode-se imaginar que tal licença tributária concedida aos Estados equivaleria a algo seme-

lhante à multiplicação de príncipes soberanos com capacidade destrutiva.

NÃO queremos ser confederação de Estados. Não admitimos, em conseqüência, que as Assembleias Estaduais possuam poder constituinte próprio e autônomo. O poder constituinte é um só, e está em Brasília, tendo sido ele convocado expressamente. Os deputados estaduais são legisladores ordinários. Apenas isso. O direito deles será o de adaptação das Constituições estaduais aos novos princípios votados em Brasília.

SÓ de adaptação, repetimos. O poder de adaptação não pode ir além ou ficar aquém da vontade constituinte da União. Do contrário, iríamos chegar à fronteira do confederalismo, como reação radical ao centralismo, que está desaparecendo sem desrespeito ao princípio da República Federativa.

## Sarney acha mais fácil alcançar o pacto político do que o social

BRASÍLIA — Após audiência no Palácio do Planalto, na qual esteve acompanhado de presidentes regionais e dirigentes do PFL, o Presidente do Partido, Senador Marco Maciel (PE), disse que o Presidente Sarney concorda que a obtenção de um pacto social é mais difícil do que um pacto político. Pessoalmente, Maciel entende que o pacto social pode deixar de fora importantes segmentos da sociedade por causa da falta de organização sindical, ao contrário do entendimento político.

— Os partidos políticos são mais abrangentes do que as organizações sindicais, o que facilita o pacto político — argumentou o Presidente do PFL, informando que o Presidente Sarney pode colaborar decisivamente para esse entendimento. Não quis adiantar, contudo, o que o Presidente poderá fazer na prática.

Mas nem todos os políticos pensam como Maciel. Segundo o Senador José Richa (PMDB-PR), a predominância das convicções ideológicas na Constituinte está conduzindo os

Foto de Juan Carlos Gomez



Maciel concorda com o Presidente

políticos a um sentimento de descrença quanto à possibilidade de qualquer acordo suprapartidário que viabilize o consenso no processo de votação do novo texto constitucional. Na opinião dele, "o exacerbado conteúdo ideológico dos diversos grupos

representados na Constituinte está dificultando as negociações".

De acordo com Richa, a Constituinte não deveria nortear suas decisões no conteúdo ideológico das propostas que cada grupo defende. Para ser duradoura, ele diz que a nova Carta precisa que os políticos se desnudem dessas convicções em favor de posicionamentos que reflitam o melhor para a Nação. O Senador do Paraná afirmou também que o problema está na gravidade da conjuntura político-econômica, que leva os parlamentares a raciocinar em termos imediatos.

O Senador Jarbas Passarinho, Líder do PDS no Senado, concorda com Richa. Para ele, o ideal seria a formação de um pacto político entre as diferentes correntes, onde ambos os lados, não se afastando de suas idéias fundamentais, elaborassem um programa mínimo de consenso que representaria uma espécie de trégua nacional.

De acordo com Passarinho, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ainda pode fazer um esforço neste sentido.

## Arbage quer ter mais segurança na Constituinte

BRASÍLIA — Como parte do novo esquema de segurança, a ter início na próxima semana, o 2º Vice-Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), espera conseguir do Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, autorização para contratar mais 150 agentes. Desses, 100 seriam homens e 50 mulheres. Arbage informou que atualmente o Congresso Nacional conta com 400 seguranças, mas apenas 80 na ativa. Os demais foram requisitados para outros setores.

O Deputado quer também reformar a galeria do Congresso, limitando a 300 os lugares destinados ao público. Os 630 lugares restantes serão divididos entre a imprensa e o Corpo Diplomático. As lideranças partidárias ficarão incumbidas de distribuir convites com senhas a seus convidados. Não serão permitidos embrulhos ou pacotes. Na entrada da galeria, ficará um detector de metais para impedir a entrada de qualquer objeto que possa ferir ou ameaçar a integridade física dos constituintes.

## Constituintes já reagem à adoção do parlamentarismo

BRASÍLIA — Depois da primeira fase da Constituinte, onde houve tendência pela adoção do sistema parlamentarista de governo, começa a crescer na Assembleia um movimento contra os dispositivos aprovados pela Comissão de Organização dos Poderes. Parlamentares como os Senadores José Richa e Jarbas Passarinho e os Deputados Prisco Vianna e Carlos Sant'Anna não escondem a sua preocupação com a opção da Constituinte pelo parlamentarismo. Aham que tudo é fruto da situação conjuntural.

José Richa (PMDB-PR) em princípio é favorável ao parlamentarismo, mas não para o Brasil neste momento.

— A adoção do parlamentarismo agora — frisa ele — seria um verdadeiro desastre. Ainda mais com esta vestimenta de neo-parlamentarismo ou presidencialismo mitigado. Na verdade, mudar o sistema de governo de um país é coisa muito séria. E a questão vem sendo tratada na base do "oba-oba".

Segundo o ex-Governador do Paraná, o parlamentarismo exige três requisitos básicos que atualmente o Brasil não reúne: Congresso forte, partidos fortes e uma tecnoburocra-

cia estável.

De acordo ainda com Richa, a adoção do parlamentarismo na atual conjuntura fatalmente levaria o País a uma crise política muito séria, que ocorreria no momento que o povo descobrisse que o Presidente em quem votou não estaria, de fato, exercendo o poder.

Prisco Vianna (PMDB-BA) acredita que a proposta de parlamentarismo não vingará. A seu ver, existem poucos parlamentaristas de fato na Constituinte e a "maioria silenciosa ainda não se manifestou a respeito e é presidencialista". Um fator importante apontado por Prisco é o de que os Governadores são contra o parlamentarismo, pois não estão dispostos a dividir o poder com as Assembleias Legislativas. E um trabalho maciço dos Governadores sobre suas bancadas, enfatiza ele, resultaria na derrota da tese parlamentarista.

Para Jarbas Passarinho (PA), Presidente do PDS, os que defendem o parlamentarismo, na verdade, estão interessados em retirar parte do poder do Presidente Sarney, que o PMDB nunca absorveu. Ele afirma que a ideia é antipática, inclusive junto às Forças Armadas "por formação e tradição".

## PFL discute muito mas não decide sobre o adiamento da convenção

BRASÍLIA — Propostas de rompimento da Aliança Democrática, críticas à atuação do PFL na Constituinte e denúncias de perseguições políticas dos Governos estaduais do PMDB marcaram ontem as quatro horas de reunião entre a Executiva Nacional e os 23 presidentes regionais pefelistas.

A cúpula, disposta a adiar a convenção nacional, marcada para o próximo dia 5 — reaceando a divisão do partido —, evitou colocar o assunto em pauta, mas a discussão foi provocada pelo Presidente do PFL de Goiás, Deputado Wilmar Rocha, que condenou a tese de adiamento:

— Até nisso estamos a reboque do PMDB — disse, comparando o PFL a "um time bem uniformizado, que perde todos os jogos".

Logo no início da reunião, o Líder em exercício na Constituinte, Deputado Inocêncio Oliveira (PE), admitiu uma característica partidária que os outros dirigentes vêm se esforçando para minimizar:

Foto de Juan Carlos Gomez



Arinos, Queiroz e Maciel na reunião do PFL

— Fomos obrigados a nos vincular à "direita" na Constituinte. Se não tivéssemos feito isso, estaríamos hoje sendo muito mais criticados — disse, saindo em defesa do Líder José Lourenço, acusado por setores do partido de dificultar as negociações com a "esquerda".

Inocêncio também exortou o partido a apoiar o Plano Bresser, com a ressalva de que "os erros do programa devem ser indicados ao Governo" e preconizou a redução dos gastos oficiais.

Evidenciando uma divisão que atinge a cúpula partidária, o Líder

do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, respondeu às duas colocações.

Disse que o Plano Bresser deve ser revisto na parte relativa aos salários, "pois a inflação de junho está sendo apagada dos cálculos como que por encanto". E contestou a aliança do PFL com grupos "extremistas".

— Não somos sucessores de uma 'direita' estacionária, nem sublegenda de uma 'esquerda' estatizante — disse, estimulando o PFL a "tirar partido da harmonia de sua bancada, como forma de ajudar decisivamente para que a nova Carta tenha um feitiço liberal".

O Presidente em exercício do Diretório Regional do Pará, Deputado Dionísio Hage, leu documento em que representantes estaduais do partido cobram da Executiva Nacional a indicação do ex-Governador Alacid Nunes para a Superintendência da SUDAM.

Segundo o texto, a reivindicação teve o apoio dos líderes do partido na Câmara e no Senado e do Ministro do Interior, Joaquim Francisco.

"Resta portanto esperar que a Presidência Nacional do PFL se posicione a respeito e adote posição de firmeza para defender os interesses do partido" — diz o documento.

## Segundo Arinos, seu anteprojeto serve de 'cola'

BRASÍLIA — O anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não foi oficialmente enviado pelo Governo à Constituinte, mas está servindo de "cola" para a elaboração da nova Carta. A constatação foi feita pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Em exposição à Executiva Nacional e aos Presidentes Regionais do seu partido, Arinos lamentou ontem que o Presidente Sarney tenha preferido não remeter o anteprojeto à Constituinte, o que atribui ao fato de o texto propor o parlamentarismo.

— O projeto — disse — não foi enviado ao Congresso por razões ainda não muito bem esclarecidas. Mas acho que isso aconteceu por causa do sistema parlamentar proposto, no texto, que ainda não estava sendo muito bem digerido e agora está em vias de ser implantado.

Afonso Arinos, que, como Presidente da Comissão Provisória, entregou pessoalmente o anteprojeto no final do ano passado ao Presidente Sarney, provocou risos na plateia pefelista ao dizer:

— Já me disseram que o projeto não está sobre mas sob a mesa, servindo de "cola". É uma espécie de namoro pela janela.